

NOVAS VISÕES SOBRE JUDAÍSMO ANTIGO

New Visions on Ancient Judaism

Jonas Machado*

STONE, Michael. *Ancient Judaism. New Visions and Views*.
Grand Rapids: Eerdmans, 2011. 242p.

Michael Stone oferece neste seu livro mais recente o que ele declara ser um resumo de suas preocupações atuais no campo de estudo do judaísmo antigo. Mais do que isso, ele pretende se engajar e questionar o que chama de algumas crenças e pressuposições axiomáticas na referida área de pesquisa, sem se ater a um único tema.

A própria natureza do livro descrita acima dispensa uma introdução e uma conclusão específicas, justamente porque o livro não gira em torno de uma tese única. Entretanto, ao longo da obra, Stone apresenta diversas considerações e revisões oriundas de vasta pesquisa durante sua longa vida e experiência acadêmica na Universidade Hebraica de Jerusalém, exemplificadas na ampla bibliografia apresentada ao final da obra.

Nesse trabalho de revisão, Stone inclui alguns elementos considerados de suma importância para as concepções atuais sobre o judaísmo da antiguidade. Neste sentido, o primeiro dos sete capítulos é praticamente uma introdução ao conteúdo do livro. Ele procura apresentar renovadas perspectivas sobre o contexto das origens cristãs, um tema que tem sido retomado com vigor nos últimos anos.

Nesse capítulo primeiro, ele tem em vista que, completado o século XX, o “século dos manuscritos”, coroado com a descoberta dos Manuscritos do Mar Morto, é preciso repensar nossa percepção das origens judaico-cristãs. Nesta agenda devem entrar, segundo Stone, os dois fatores que mais influenciam nosso entendimento do judaísmo do Segundo Templo, a saber,

* Pós-Doutorando em História Antiga na Unicamp com bolsa Fapesp. Doutor em Ciências da Religião pela Umesp.

os pressupostos culturais do historiador e o caráter das fontes de informação disponíveis em comparação ao modo como as lemos, considerando que a ortodoxia é posterior a uma diversidade inicial, e não o contrário. Por um lado, há uma ortodoxia das fontes, que foram preservadas de acordo com os interesses de quem as preservou; por outro lado, há o problema de o pesquisador confundir o trabalho exegético com o histórico. Os abundantes estudos sobre “o Filho do Homem”, por exemplo, não são geralmente motivados pela importância desta expressão na própria literatura enóquica, mas por causa de sua importância nos evangelhos. Embora esses estudos tenham sua validade exegética própria, não podem ser confundidos com pesquisa histórica. Não há nenhuma razão particular, diz Stone, para crer que a típica cristalização do messianismo judaico encontrada no Novo Testamento era característica normal ou amplamente difundida no judaísmo. Nesse caso, é preciso ouvir os “hereges”, não tão somente porque eles estão fora da ortodoxia recebida, mas porque é necessário reconhecer a complexidade de nossa herança cultural e desafiá-la de várias perspectivas com o fim de alcançar uma visão mais acurada e profunda do nosso passado.

O segundo capítulo trabalha com as duas tradições, de Adão e de Enoque, que respectivamente colocam a culpa pelo estado de calamidade do mundo no ser humano ou nos anjos maus, e as implicações disso para o entendimento do judaísmo antigo. As tradições contrastantes de Adão e Enoque devem ser retomadas considerando que apresentam duas origens distintas para o mal, cuja ambiguidade influenciou a tradição judaica e cristã nos inícios e permanece influente até hoje. Stone observa que a tradição que atribuiu a origem do mal ao pecado de Adão e Eva, tão marcante na ortodoxia cristã, está ausente em Qumran, ao passo que ali há somente testemunhos da tradição enóquica que atribuiu a origem do mal a anjos caídos. Isto não é decisivo porque o achado de Qumran foi casual e parcial, visto que muitos manuscritos foram evidentemente perdidos por deterioração natural. Visto que nossa cultura ocidental está muito mais familiarizada com a tradição do pecado original do primeiro casal, que circulava no judaísmo antigo incluindo o Novo Testamento, Stone diz que, para entendermos esse judaísmo, precisamos considerar qual teria sido o sentimento num mundo que atribuía sofrimentos, doenças e morte à direta intervenção demoníaca. Mas visto que essa tradição de interferência demoníaca aparece também nos evangelhos, o pesquisador de religião no Brasil, diríamos, poderia pensar um

pouco além e perguntar pelos desenvolvimentos dessas tradições distintas que podem ter se confundido ao longo de sua transmissão desde os inícios e influenciado profundamente as concepções religiosas atuais dentro da tradição cristã e, até mesmo, fora dela.

Apocalíptica e historiografia compõem o tema do terceiro capítulo, isto é, o fato de que a literatura apocalíptica foi a primeira a se esforçar para apresentar uma estrutura temporal da história do começo ao fim, dividida em segmentos, e as implicações, por exemplo, para uma teodiceia. A peculiaridade da escatologia apocalíptica, com sua típica periodização que oferece uma estrutura da história do começo ao fim, é crucial porque fornece todo um sentido de história, isto é, considera que ela é significativa e compreensível. As periodizações de quatro impérios de Daniel, dos setenta anos de Jeremias, que deram base para várias profecias do período, mostram, entretanto, que os padrões de periodização são reajustáveis para novas situações quando os primeiros padrões não mais se enquadram por terem sido frustrados pelo próprio desenrolar da história.

Essas concepções de historiografia apocalíptica, oriundas de herança complexa e não uniforme, vindas das religiões mediterrâneas e iranianas, contrastam com o padrão deuteronômico normativo, dominante em muitos círculos. Este padrão relaciona os atos de Israel com seu destino baseado na ideia de recompensa e punição. Entretanto, no período do Segundo Templo essa visão entrou numa crise que empurrou o conceito de retribuição para uma dimensão escatológica, tendo em vista a persistente desordem.

A historiografia apocalíptica, entretanto, tem a consistência de concluir, em virtualmente todos os casos, com o “escaton”, o fim da história quando a ordem será estabelecida e a justiça realizada. Entretanto, ao mesmo tempo – e aqui está um dos pontos importantes destacados por Stone – essa concepção apocalíptica ganha significado não nos eventos concretos da história, mas em sua consumação. Conhecemos muito pouco dos contextos sociológicos nos quais os apocalipses foram criados, até mesmo para saber se sua expressão literária de urgência tem qualquer relação com a realidade no sentido histórico.

O quarto capítulo lida com visões e pseudepígrafia no âmbito de uma argumentação a favor da legitimidade da experiência religiosa envolvida, em contraste com a postura de considerar os apocalipses como mera ficção pseudepigráfica. A atitude acadêmica tradicional tem sido

considerar os critérios tidos como mais objetivos, sem dar importância para a experiência religiosa dos autores pseudepígrafos, não só por geralmente considerarem a experiência religiosa dos visionários pseudepigráficos como irreal, mas também porque o estado mental da experiência religiosa não é acessível, verificável.

Entretanto, Stone está convencido de que a realidade da experiência religiosa no sentido de estado mental real, que pode ser entendido, no caso dos visionários apocalípticos, como um “estado alternado de consciência”, uma “experiência religiosa explosiva”, não pode ser descartada *a priori*. Para ele, há uma experiência religiosa real por trás de algumas experiências visionárias pseudepigráficas relatadas nos apocalipses. A alegada padronização dos relatos e dependência entre apocalipses que denotam a falta de espontaneidade que seria natural em relatos de experiências, e ainda a consequente dificuldade de acessar o possível cerne dessa experiência religiosa, tudo isso cai por terra, acredita Stone, uma vez constatado que há evidências de experiências reais. Seu exemplo é o 4º Esdras. Algumas visões deste livro envolvem um intenso estado psicológico e certas atividades designadas para induzir a um estado alternado de consciência. Stone acredita que passagens como 10.55-57 implicam um padrão que indica uma experiência religiosa por trás do texto, um eixo do livro todo, que deve ser levado mais a sério do que ser considerado mera ficção literária. A experiência religiosa foi transmitida em padrões estabelecidos na antiguidade, que incluíam a complexa pseudepigrafia.

Para Stone, mais do que resgatar um assunto negligenciado, a implicação é que a experiência religiosa é o aspecto mais importante na composição e transmissão de documentos religiosos antigos. Esta é a razão por que, a despeito da dificuldade de acesso e falta de interesse da comunidade acadêmica, estudar o tema também é de crucial importância para aprofundar a compreensão do judaísmo antigo.

No quinto capítulo, o autor deseja apresentar sua evolução quanto a posicionamentos anteriores a respeito do cânon na antiguidade e o fato de que a relação entre livros tidos hoje como canônicos e apócrifos era bem mais fluida do que se pensava, incluindo até mesmo a autoridade tradicionalmente sequencial da divisão tripartite da Bíblia Hebraica: Lei, Profetas e Escritos. Stone considera que a concepção de cânon, mesmo esta última, é tardia em relação ao período do judaísmo do Segundo Templo e que o número fixo

de livros que apareceu perto do ano 100 EC conviveu com uma tensão em relação à fluidez da coleção designada de “profetas”. Além disso, o fato de serem identificadas coleções fixas de livros tidos como inspirados não significa que a inspiração era também tida como exclusiva, isto é, que não existiam outros livros considerados igualmente inspirados.

Na verdade, diz Stone, não havia uma “Bíblia” no período do Segundo Templo, de modo que este termo e a ideia de canonicidade são sem sentido para o período. Isso significa dizer que as expressões acadêmicas típicas, como “bíblico” ou “canônico” e similares, são anacrônicas e inadequadas para se referir ao período, visto que nele o conceito de inspiração envolvia tendências variadas. Qumran pode representar apenas uma das atitudes em relação ao assunto, além de que há indícios de mudanças do conceito ao longo do tempo nos documentos ali encontrados.

Os dois últimos capítulos lidam com a transmissão de textos antigos através de cópias até o estado em que se encontram hoje como fontes para pesquisa, que constituem um aglomerado de textos, com destaque especial para o papel dos Manuscritos do Mar Morto nesse contexto. A complexidade da transmissão não permite estabelecer qualquer relação genealógica entre as recensões de textos do mesmo material. O processo de construção e reconstrução, ordenação e reordenação, estruturação e reestruturação desse material resultou em que os documentos individuais não derivam um do outro em qualquer sequência distinta ou genética.

Os Manuscritos do Mar Morto receberam atenção diferenciada em razão de sua relação com possíveis esclarecimentos sobre as origens do cristianismo, mas, na verdade, principalmente através da igreja cristã, muitos documentos foram preservados em idiomas que não têm recebido tanta atenção dos estudiosos, mas que podem contribuir muito para ajudar a compreender melhor a complexidade judaica do período do Segundo Templo.

Embora sem um tema geral, grosso modo, essa obra de Stone destaca as origens, complexidade, transmissão e recepção das tradições contidas na literatura que constitui as fontes para o estudo do judaísmo antigo. Este parece ser o eixo central em torno do qual gira esse trabalho, com alguns aspectos aqui e ali um pouco mais distantes desse eixo, mas com o todo ligado ao propósito de Stone de desafiar ortodoxias tardias que engendraram histórias teologicamente condicionadas sobre o judaísmo antigo.

A partir de sua experiência, e considerando suas últimas palestras, o autor se lança num trabalho de revisão de certos rumos da pesquisa sobre judaísmo antigo, revisão esta que inclui alguns de seus posicionamentos anteriores. Stone é um pesquisador no apogeu de seu trabalho que deseja olhar para trás, reavaliar seus diálogos acadêmicos e revisar os resultados dos rumos trilhados – este é o tom da obra.

Recebido em agosto de 2012.

Aprovado em abril de 2013.